



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA ADJUNTA E
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Presidente da Assembleia da República
Dra. Maria José Ribeiro

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA N.º: 780 ENT.: 1561 PROC. N.º:	DATA 14/07/2022
----------------	--------------------	--	--------------------

ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DO REQUERIMENTO N.º 33/XV/1.ª

Encarrega-me a Senhora Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares de, muito respeitosamente, devolver o Requerimento n.º 33/XV/1.ª, apresentado pelos Senhores Deputados Hugo Patrício Oliveira, Bruno Coimbra, Hugo Martins de Carvalho, Alexandre Simões, Carlos Cação, Jorge Salgueiro Mendes, Rui Cristina, Sónia Ramos, Alexandre Poço, António Prôa, António Topa Gomes, Cláudia André, Cláudia Bento, João Marques, Patrícia Dantas, Paulo Ramalho do GPPSD, ao abrigo do n.º 4, alínea a), do Guia de boas práticas sobre requerimentos e perguntas dos Deputados “um requerimento visa obter elementos, informações e publicações oficiais úteis para o exercício do mandato, não devendo ser feito sob a forma de pergunta”, conforme sucede no Requerimento em apreço.

Em face do exposto, muito se agradece a reformulação do pedido em causa.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

João Bezerra da Silva



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

As previsões dos impactos das alterações climáticas para o território nacional apontam para um agravamento das situações de seca, para uma redução da disponibilidade hídrica e para uma intensificação de fenómenos climáticos extremos como ondas de calor. As mudanças nos padrões de pluviosidade têm também reflexo nos regimes hidrológicos, os rios sofrem reduções nos seus caudais, as albufeiras têm oscilações mais significativas, pelo que a gestão da capacidade de armazenamento é cada vez mais crítica.

Em janeiro de 2018, o Ministério do Ambiente e Ação Climática determinou um pacote de ações de curto prazo visando melhorar a qualidade e a disponibilidade de água num conjunto de 9 albufeiras, nomeadamente:

- Pretarouca
- Peneireiro
- Açude Carvalhal
- Póvoa e Meadas
- Divor
- Monte da Rocha
- Pego Altar
- Roxo

Este pacote previa um investimento de 3,56 milhões de euros ao abrigo do Fundo Ambiental para aplicar em ações de limpeza, de retirada de materiais do fundo das albufeiras, mas também em alteamento de paredões, contribuindo para uma maior retenção de água. O cronograma previa a conclusão das medidas num prazo de 9 meses, estimando-se a sua conclusão para dezembro de 2018.

Em declarações públicas, o Ministro do Ambiente referia que “... *este projeto iria permitir reduzir bastante o volume morto – água inutilizável - aumentando necessariamente o volume de água*”

passível de ser captada, tratada e distribuída”.

Contudo, em fevereiro de 2019, o Jornal de Notícias escrevia que as “Obras para aumentar capacidade das barragens estão por fazer” e que o “Programa não saiu do papel”. Entretanto passaram três anos e desconhecem-se os resultados das medidas anunciadas pelo Ministério do Ambiente. Importa conhecer o que aconteceu a este programa, identificar as limitações encontradas e tirar lições para que se possam adotar medidas mais eficazes neste âmbito.

Sobre esta matéria, o PSD apresentou o Projeto de Resolução 87/XV/1 - *Reforçar a capacidade de armazenamento das albufeiras*, que foi discutido em Comissão de Ambiente e Energia e votado a 24 de junho de 2022, sendo rejeitado com os votos contra do Partido Socialista com a fundamentação de que “*algumas das intervenções foram executas*”. Foi referido que decorreram obras em 6 albufeiras (Pretarouca, Peneireiro, Açude Carvalho, Póvoa e Meadas, Pego do Altar) ficando por concretizar 3 grupos de intervenções (Roxo, Monte da Rocha e Divor). De acordo com uma média simples, fica evidente que a execução deste programa não terá ultrapassado os 66%, na melhor das hipóteses.

Em várias albufeiras, as intervenções não terão sido concretizadas na íntegra de acordo com o previsto, existindo casos como o de Póvoa e Meadas onde um conjunto de estruturas hidráulicas continuam por reparar. Ou seja, é fundamental aprofundar e escrutinar o que foi realmente feito no âmbito deste programa e compreender as razões que levaram a que não se conseguissem empreender intervenções em três albufeiras.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo-assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm perguntar ao Senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática, através de V. Exa., o seguinte:

1. Das intervenções previstas no programa de 2018 para cada uma das albufeiras, quais foram concretizadas e quais ficaram por concretizar?
2. Qual o investimento total executado?
3. Qual a taxa de execução deste programa (%)?
4. Quais as razões que impossibilitaram as intervenções nas albufeiras do Roxo, Monte da Rocha e Divor?
5. Que lições se podem tirar sobre o planeamento e a execução deste programa?

Palácio de São Bento, 14 de julho de 2022

Deputado(a)s

HUGO PATRÍCIO OLIVEIRA(PSD)

BRUNO COIMBRA(PSD)

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)

ALEXANDRE SIMÕES(PSD)

CARLOS CAÇÃO(PSD)

Deputado(a)s

JORGE SALGUEIRO MENDES(PSD)

RUI CRISTINA(PSD)

SÓNIA RAMOS(PSD)

ALEXANDRE POÇO(PSD)

ANTÓNIO PRÔA(PSD)

ANTÓNIO TOPA GOMES(PSD)

CLÁUDIA ANDRÉ(PSD)

CLÁUDIA BENTO(PSD)

JOÃO MARQUES(PSD)

PATRÍCIA DANTAS(PSD)

PAULO RAMALHO(PSD)